

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

254 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 3 a 7 de novembro de 2025

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34	1
2. PARLAMENTO EUROPEU - ALTERAÇÃO À LEI ELEITORAL PARA O PE	2
Enquadramento	2
Texto integral da alteração legislativa proposta	3
Próximas etapas	3
3. PARLAMENTO EUROPEU - PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS	3
4. PARLAMENTO EUROPEU - ACORDO UE/MERCOSUL	4
5. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DO ALARGAMENTO	4
6. VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA AR AO REINO UNIDO	6
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROPOL	6
8. EUROPA - RÚSSIA - ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE FORÇA	7
9. OCDE - PERSPETIVAS INTERNACIONAIS DE MIGRAÇÃO	8
Evolução dos fluxos migratórios	8
Integração laboral dos imigrantes	8
Evolução das políticas migratórias e de integração	8
Desigualdades salariais e mobilidade profissional	8
Profissionais de saúde migrantes	9
Principais conclusões (Key findings)	9
Portugal	9
10. CONFERÊNCIA - A MADEIRA NA AGENDA ESTRATÉGICA UE	9
11. REUNIÕES DO CONSELHO	10
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34

Temos vindo a dar nota, em sínteses anteriores (e.g. n.ºs [246](#), [251](#), [252](#) e [253](#), das discussões e negociações em torno da proposta da Comissão Europeia relativa ao próximo **Quadro Financeiro Plurianual 2028-34 (QFP)**, nomeadamente à oposição anunciada de alguns Grupos Políticos do Parlamento Europeu à proposta.

Neste contexto, a de 30 de outubro de 2025, os principais responsáveis políticos do PE em matéria orçamental e os líderes de quatro dos maiores grupos políticos (**PPE, S&D, Renew e Verdes**) enviaram uma carta à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (carta disponível [aqui](#)), onde identificam as alterações necessárias à proposta de QFP para que as negociações possam vir a ter sucesso¹.

Os signatários comunicam que o **PE rejeita a proposta da Comissão relativa aos “Planos de Parceria Nacionais e Regionais” (NRPP – National and Regional Partnership Plans)** e exige a apresentação de uma proposta revista antes do início das negociações. Recordam a posição expressa em plenário em maio de 2025, segundo a qual o modelo de “*um plano nacional por Estado-Membro*”, inspirado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, não deve servir de base à gestão partilhada das despesas da União após 2027. Consideram que a proposta atual representa uma “renacionalização” das políticas europeias, contrária ao espírito de solidariedade e à coesão do mercado interno.

A carta apresenta seis exigências principais para uma proposta revista:

1. **Contra a “União à la carte”** – rejeita o modelo de planos nacionais independentes, que, segundo os signatários, fragmenta a União, reduz a solidariedade, distorce o mercado interno e representa um recuo no valor acrescentado europeu. Denunciam ainda a redução real dos fundos da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política de Coesão.
2. **Separação das políticas europeias** – defendem que as políticas de agricultura, coesão, pescas, políticas sociais e assuntos internos devem manter enquadramentos jurídicos e orçamentos próprios, assegurando transparência, previsibilidade e responsabilização na gestão dos fundos.
3. **Reforço do papel das regiões e autarquias** – a política de coesão não deve ser centralizada nos governos nacionais; o Parlamento exige negociações diretas e contínuas entre as regiões e a Comissão, em conformidade com os princípios de subsidiariedade e governação multinível.
4. **Autonomia da Política Agrícola Comum** – a PAC deve conservar um quadro legislativo autónomo, com planos estratégicos claros e regras uniformes, garantindo igualdade de condições entre agricultores em todos os Estados-Membros.
5. **Reforço do papel do Parlamento Europeu** – o Parlamento reclama plena participação nas decisões relativas à aprovação, modificação e programação dos planos nacionais, bem como na definição das prioridades orçamentais e na mobilização dos instrumentos financeiros da União.
6. **Condicionabilidade e Estado de Direito** – o Regulamento da Condicionabilidade e o respeito pela Carta dos Direitos Fundamentais devem aplicar-se a todo o orçamento da UE, com sanções automáticas em caso de violação e sem duplicações dos mecanismos de controlo.

Por fim, os signatários alertam para o “**déficé democrático**” do modelo de “*dinheiro em troca de reformas*”, que carece de supervisão parlamentar e transparência. As reformas nacionais devem estar claramente ligadas aos

¹ A carta é assinada por Manfred Weber (presidente do Grupo PPE), Siegfried Mureşan (vice-presidente do PPE e co-relator do Quadro Financeiro Plurianual pós-2027), Iratxe García Pérez (presidente do Grupo S&D), Carla Tavares (co-relatora do MFF), Valérie Hayer (presidente do Renew Europe), Fabienne Keller (relatora-sombra do Renew), Terry Reintke e Bas Eickhout (copresidentes dos Verdes/Aliança Livre Europeia) e Rasmus Nordqvist (relator-sombra dos Verdes/ALE).

investimentos financiados, evitando modelos de financiamento desligados dos custos reais. Concluem que, não tendo a proposta da Comissão incorporado estas exigências, não pode servir de base para negociações, solicitando a sua revisão substancial.

Os grupos políticos têm agora a expectativa de que a Comissão possa apresentar alterações nos próximos dias. Caso contrário, é bastante provável que seja apresentada uma resolução ao Plenário do PE, que terá lugar nos dias 12 e 13 de novembro, a rejeitar o QFP na sua forma atual. Esta semana, a Comissão dos Orçamentos debateu o QFP com o Comissário responsável, Piotr Serafin (debate [aqui](#) e notícia [aqui](#)), e teve lugar a conferência *Invest in What Matters: What is at stake in the next EU long-term budget* (disponível [aqui](#)).

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deverá apresentar no hemiciclo as alterações às propostas relativas ao futuro Quadro Financeiro Plurianual (QFP), no âmbito de um debate com a Presidência dinamarquesa do Conselho, que pretende integrar essas propostas na “*caixa de negociação*” atualmente em preparação para o Conselho Europeu de dezembro (mais informação [aqui](#)).

2. PARLAMENTO EUROPEU - ALTERAÇÃO À LEI ELEITORAL PARA O PE

Enquadramento

A Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu aprovou uma proposta que introduz a **possibilidade de voto por procuração nas sessões plenárias para as Deputadas grávidas e para as Deputadas nos meses imediatos após o parto** (detalhe [aqui](#)). A medida, impulsionada politicamente pela Presidente do PE, Roberta Metsola, pretende reforçar a igualdade de género e a conciliação entre vida profissional e familiar dos representantes eleitos diretamente pelos cidadãos europeus.

Conforme é explicado na exposição de motivos do relatório (disponível [aqui](#)), esta proposta **implica uma alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu**, de modo a permitir que os Deputados ao PE possam votar por procuração durante a gravidez e nos meses subsequentes ao parto. Atualmente, o artigo 6.º, n.º 1, da Lei Eleitoral estabelece que os Deputados devem votar “de forma individual e pessoal”, não podendo ser vinculados por instruções nem receber mandatos imperativos. Assim, qualquer forma de voto por substituição — ainda que por motivos legítimos, como a maternidade — violaria este princípio.

A proposta visa, portanto, introduzir aquilo que, na visão do PE, seria uma exceção cuidadosamente delimitada que permita o voto por procuração por um período máximo de três meses antes da data prevista para o parto e até seis meses após o nascimento da criança. O texto salienta que o modelo atual de votação presencial impõe dificuldades concretas às Deputadas grávidas ou mães recentes, incluindo riscos para a saúde, limitações de mobilidade e responsabilidades acrescidas de cuidados. A introdução do voto por procuração é apresentada como uma solução prática e equitativa, que assegura a participação plena das Deputadas no processo legislativo sem obrigá-las à presença física em plenário.

O *think tank* do PE publicou um estudo comparativo sobre a matéria, disponível [aqui](#), que enquadra o tema de forma muito detalhada. Sublinha que o regime de licença de maternidade e os procedimentos de votação parlamentar variam significativamente entre os Estados-Membros da União Europeia. No Parlamento Europeu, as ausências por maternidade são consideradas justificadas, mas não existe atualmente qualquer mecanismo que permita o voto à distância, por procuração ou a substituição temporária.

Nos Parlamentos nacionais, a licença de maternidade é geralmente reconhecida, embora os quadros jurídicos e as práticas administrativas difiram. Em alguns países, apenas é possível a substituição temporária nos trabalhos das comissões, enquanto noutros prevalecem acordos informais entre grupos parlamentares.

Apenas um número reduzido de Estados-Membros — nomeadamente Espanha, Grécia e Luxemburgo — dispõe de disposições formais que permitem às Deputadas em licença de maternidade votar na sua ausência.

Durante a pandemia de COVID-19, vários Paramentos experimentaram formas de participação remota temporária, mas essas medidas foram limitadas no tempo e no âmbito e, na maioria dos casos, a votação em plenário continua a exigir presença física. Este trabalho incide exclusivamente sobre a licença de maternidade, não abrangendo outros tipos de ausências familiares, como licenças de paternidade ou parentais.

Texto integral da alteração legislativa proposta

Article 1

In Article 6 (1) of the Act concerning the election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage, annexed to Council Decision 76/787/ECSC, EEC, Euratom, the following subparagraph is added:

“By way of derogation from the first subparagraph, a Member who is pregnant or who has recently given birth may have her vote cast by another Member acting as proxy for a maximum period of three months before the estimated date of birth of the child and for a maximum period of six months after the birth.”

Article 2

- 1. This Decision shall be subject to the approval by the Member States in accordance with their respective constitutional requirements. Member States shall notify the General Secretariat of the Council of the completion of the procedures necessary for that purpose.*
- 2. This Decision shall enter into force on the first day after the day on which the last notification referred to in paragraph 1 has been received.*

Article 3

This decision shall be published in the Official Journal of the European Union.

Próximas etapas

O relatório legislativo, da autoria do deputado Juan Fernando López Aguilar (S&D, Espanha), foi aprovado por 28 votos a favor, um contra e sem abstenções. A resolução complementar recebeu 26 votos a favor e quatro contra, igualmente sem abstenções. O texto será votado em plenário nos dias 12 e 13 de novembro, em Bruxelas. Se aprovado, seguirá para o Conselho da União Europeia, onde necessitará de aprovação unânime dos Estados-Membros. Por fim, as novas regras só entrarão em vigor após ratificação nacional por todos os Estados-Membros, segundo os respetivos procedimentos constitucionais, **nomeadamente a aprovação pelos Paramentos nacionais**.

3. PARLAMENTO EUROPEU - PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS

Esta semana, a Comissão AFCO do PE aprovou o **Relatório sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade na elaboração legislativa da União Europeia**, com 17 votos a favor, 13 contra e nenhuma abstenção (disponível [aqui](#)). Neste relatório, o PE defende uma definição mais clara e uma aplicação mais coerente destes princípios, com o objetivo de reforçar a legitimidade democrática e a eficiência da ação da UE.

O documento sublinha que a subsidiariedade e a proporcionalidade são pilares essenciais do equilíbrio entre a União e os Estados-Membros, assegurando que a UE só legisle quando a ação a nível europeu acrescentar valor real e que as decisões sejam tomadas tão próximo dos cidadãos quanto possível.

Entre as principais propostas, o relatório recomenda:

- alargar de **oito para doze semanas o prazo para os Parlamentos nacionais** apresentarem pareceres no âmbito do Mecanismo de Alerta Precoce;
- a criação de um **“hub único de subsidiariedade”**, destinado a centralizar o envio e o acompanhamento das posições nacionais e das respostas da Comissão;
- a realização de uma **“Semana Europeia Anual”**, reunindo Deputados europeus, nacionais e regionais, bem como representantes da Comissão;
- **reuniões informais trimestrais entre Deputados ao PE e Deputados nacionais**, para reforçar a cooperação interparlamentar;
- e o **incentivo aos Estados-Membros para que envolvam mais ativamente os Parlamentos nacionais** na definição das posições no Conselho.

O texto propõe igualmente uma reavaliação dos mecanismos dos “cartões amarelo e laranja”, que têm sido pouco utilizados, e sugere a criação de um novo instrumento — o “cartão verde” — que permitiria aos Parlamentos nacionais propor iniciativas legislativas conjuntas de forma proativa. O relatório será debatido no plenário de 24 a 27 de novembro em Estrasburgo.

4. PARLAMENTO EUROPEU - ACORDO UE/MERCOSUL

Em 3 de novembro de 2025, a Comissão do Comércio Internacional (INTA) do PE debateu pela primeira vez a proposta de regulamento que cria o mecanismo de salvaguarda no âmbito do acordo UE–Mercosul. Ao contrário do Conselho da União Europeia, os Deputados manifestaram reserva quanto a uma validação célere e sem alterações. O relator, Gabriel Mato (PPE, Espanha), apoiou a proposta da Comissão por considerar que protege os setores vulneráveis, mas propôs encurtar os prazos de ativação e tornar o mecanismo mais ágil. Também Brando Benifei (S&D, Itália) considerou o texto positivo, reconhecendo, no entanto, que o Parlamento dispõe de margem para o melhorar.

Importa dar nota de que 59 Deputados ao PE dos grupos Verdes/ALE, A Esquerda, PPE e S&D anunciaram uma proposta de resolução que questiona a compatibilidade do acordo UE–Mercosul com os Tratados da União. Contesta-se a validade jurídica do mecanismo de reequilíbrio e criticam a decisão de separar o capítulo comercial do acordo para acelerar a ratificação. A votação desta resolução está prevista para a sessão plenária de final de novembro. O texto provisório está disponível [aqui](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DO ALARGAMENTO

A Comissão Europeia apresentou, em 4 de novembro de 2025, o **Pacote de Alargamento 2025**, que confirma o avanço das negociações de adesão com vários parceiros europeus e reforça o alargamento como prioridade estratégica da União (detalhe [aqui](#)). Segundo Ursula von der Leyen, *“uma União maior significa uma Europa mais forte e mais influente na cena mundial”*, sublinhando que o processo continua a ser *“baseado no mérito”* e depende de reformas profundas e sustentadas.

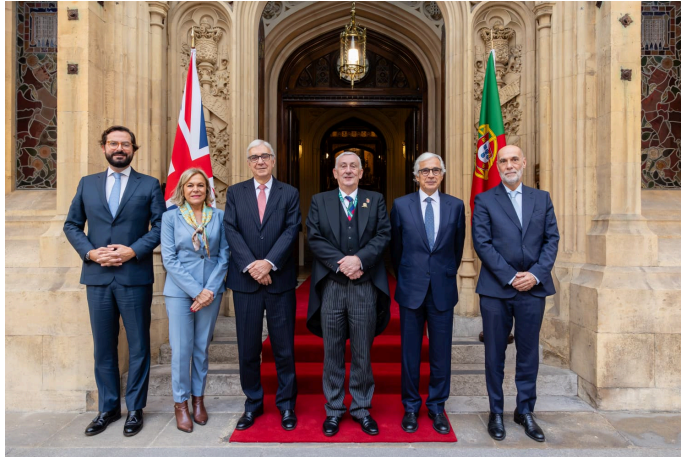
A Alta Representante Kaja Kallas observou que *“o processo de alargamento está a avançar mais rapidamente hoje do que nos últimos 15 anos”*, apelando a um esforço político contínuo, pois a adesão de novos países *“até 2030 é um objetivo realista”*. Para a Comissária Marta Kos, 2025 foi *“um ano de progressos significativos, sobretudo para o Montenegro, a Albânia, a Ucrânia e a Moldávia”*, reiterando que *“não haverá atalhos”* e que *“um continente unificado é a resposta mais forte àqueles que procuram dividir e desestabilizar a Europa”*.

No que diz respeito às avaliações por país, estão sucintamente explicitadas na tabela seguinte:

País	Principais progressos e desafios	Fontes oficiais
Montenegro	O país consolidou-se como o mais avançado candidato à adesão, encerrando quatro capítulos de negociação e comprometendo-se a concluir novos até ao final de 2025. Mantém um “amplo consenso político” e um “ritmo constante de reformas”, com o objetivo de encerrar as negociações até 2026 — considerado “ambicioso, mas exequível” pela Comissão.	Relatório · Ficha informativa
Albânia	Registou progressos notáveis, com quatro clusters abertos e o último em preparação. Reformas sólidas no setor judicial e no combate à corrupção sustentam a perspetiva de concluir as negociações até 2027, “dependendo da manutenção da dinâmica reformista e de um diálogo político inclusivo”.	Relatório · Ficha informativa
Ucrânia	Apesar da guerra, demonstrou forte empenho na integração europeia, concluindo o processo de análise e adotando planos sobre o Estado de direito e as minorias. Cumpriu as condições para abrir nove agrupamentos e visa encerrar provisoriamente as negociações até 2028. A Comissão apela a “uma aceleração das reformas, especialmente no Estado de direito”.	Relatório · Ficha informativa
Moldávia	Avançou de forma significativa e realizou a primeira cimeira UE–Moldávia em julho de 2025. Cumpriu as condições para abrir nove agrupamentos e estabeleceu como meta encerrar as negociações no início de 2028. A Comissão sublinha que “é crucial manter a dinâmica das reformas e o consenso parlamentar”.	Relatório · Ficha informativa
Sérvia	Enfrenta um contexto interno de protestos e polarização, com “erosão da confiança entre as partes interessadas”. As reformas abrandaram e é urgente “inverter o retrocesso em matéria de liberdade de expressão e académica”. Reconhece-se algum progresso no alinhamento com a política externa da UE.	Relatório · Ficha informativa
Macedónia do Norte	Prossegue as reformas no Estado de direito e administração pública, mas necessita de “medidas rápidas e decisivas” para abrir o primeiro grupo de capítulos. É essencial aprovar as alterações constitucionais relativas às minorias e reforçar a independência judicial.	Relatório · Ficha informativa
Bósnia-Herzegovina	A crise política na Republika Srpska e a queda da coligação nacional travaram as reformas, limitadas à proteção de dados e controlo das fronteiras. A entrega do programa de reformas em setembro é um passo positivo. A Comissão insta à “adoção de leis judiciais alinhadas com as normas europeias” para iniciar as negociações.	Relatório · Ficha informativa
Kosovo	Mantém elevado apoio público à adesão, mas as reformas abrandaram por atrasos institucionais. “A normalização das relações com a Sérvia é parte integrante da perspetiva europeia.” O levantamento gradual das medidas restritivas depende de um “desanuviamiento sustentado no norte”.	Relatório · Ficha informativa
Turquia	Permanece um parceiro estratégico, mas as negociações continuam suspensas desde 2018. Persistem “sérias preocupações quanto aos valores democráticos e à independência judicial”. O diálogo sobre o Estado de direito mantém-se essencial, e o reatamento das conversações sobre Chipre é prioritário.	Relatório · Ficha informativa
Geórgia	A situação deteriorou-se com “graves retrocessos democráticos” e legislação que restringe liberdades fundamentais. A Comissão considera que a Geórgia é “um país candidato apenas no nome” e exorta a “inverter urgentemente o retrocesso democrático e restabelecer a cooperação cívica”.	Relatório · Ficha informativa

6. VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA AR AO REINO UNIDO

O Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, realizou uma [visita oficial ao Reino Unido nos dias 4 e 5 de novembro](#), acompanhado por uma delegação parlamentar composta pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Pedro Pessanha (Chega), pela Vice-Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Elza Pais (PS), e pelo Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, Ricardo Carvalho (PSD). A deslocação incluiu momentos de contacto com a comunidade portuguesa residente no Reino Unido e uma série de encontros institucionais no Parlamento de Westminster, tendo sublinhado o reforço das relações bilaterais e interparlamentares entre Portugal e o Reino Unido.



Na terça-feira, o programa iniciou-se com uma recepção e um jantar na residência oficial do Embaixador de Portugal em Londres, com membros da comunidade portuguesa. No dia seguinte, em Westminster, José Pedro Aguiar-Branco reuniu-se com o Speaker da Câmara dos Comuns, Sir Lindsay Hoyle, e com o Lord Speaker da Câmara dos Lordes, Lord McFall de Alcluith, tendo igualmente mantido encontros com o Grupo Parlamentar de Amizade Reino Unido-Portugal e com a Comissão de Defesa. Assistiu à sessão plenária da Câmara dos Comuns, com perguntas ao Primeiro-Ministro, Keir Starmer, participou num almoço oficial na State Dining Room, e reuniu-se com a Comissão dos Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes, antes de assistir a uma apresentação sobre inteligência artificial, também no Parlamento britânico.

7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROPOL²

A [17.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol](#) realizou-se nos dias 3 e 4 de novembro, em Bruxelas, com o objetivo de escrutinar e supervisionar as atividades da **Europol**, nomeadamente em matéria de direitos fundamentais. A Assembleia da República foi representada pelos Senhores Deputados António Rodrigues (PSD) e Pedro Vaz (PS), membros da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelo Senhor Deputado Pedro Correia (CH), membro da Comissão de Assuntos Europeus.

Os trabalhos incidiram sobre as atividades da Europol desenvolvidas entre fevereiro e novembro de 2025 e a apresentação do **Projeto de Programa Multianual para 2026-2028**, pela Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, e pelo Presidente do Conselho de Administração da Europol, Ireneusz Sieńko.

O segundo dia de trabalhos contou, na parte da manhã, com uma sessão sobre o **futuro da Europol**, por parte de Olivier Onidi, Diretor-Geral Adjunto responsável por Schengen e Segurança Interna, um painel sobre Proteção de Dados, com apresentações de Wojciech Wiewiórowski, Supervisor Europeu da Proteção de Dados,

² Ponto elaborado por Ana Cláudia Cruz, assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

e de Daniel Drewer, Encarregado da Proteção de Dados da Europol, na qual participou ainda Jürgen Ebner, Diretor Executivo Adjunto da Europol, e uma sessão de atualização sobre as atividades da Europol relacionadas com a **agressão à Ucrânia**, a cargo de Jean-Philippe Lecouffe, Diretor Executivo Adjunto da Europol. À tarde, os trabalhos foram retomados com um painel sobre a **proteção de direitos fundamentais**, por por Dirk Allaerts, Responsável pelos Direitos Fundamentais da Europol. Tiveram, então, lugar as duas sessões de escrutínio previstas: a primeira sobre o **tráfico de resíduos ao comércio de espécies protegidas** – o crime ambiental organizado, que contou com as intervenções de Jean-Philippe Lecouffe e de Cezary Luba, Diretor do Gabinete Central de Investigação Criminal da Polónia; e a segunda sobre o **acesso lícito a dados pelas autoridades policiais** – necessidade e proporcionalidade, em que intervieram Jürgen Ebner e Olivier Onidi.

Nos debates entre os membros dos Parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu e os representantes da Europol, tendo sido sobretudo suscitadas questões relacionadas com a proteção de menores na Internet, o uso da inteligência artificial, o cibercrime e a cibersegurança, o tráfico de estupefacientes, a cooperação entre agências europeias e os Estados-Membros, a utilização de drones, os metadados, o auxílio à imigração ilegal, os crimes ambientais, o crime organizado portuário e a capacidade operacional da Europol.

8. EUROPA - RÚSSIA - ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE FORÇA

O estudo *Europe–Russie : évaluation des rapports de force*, coordenado por Thomas Gomart e publicado pelo Instituto Francês de Relações Internacionais (Ifri) em novembro de 2025, propõe uma análise abrangente das relações de poder entre a Europa e a Rússia após três anos de guerra na Ucrânia (estudo completo [aqui](#)).

Quatre points clés

- Les fronts économiques**
La Russie est parvenue à maintenir sa situation macroéconomique, mais s'oriente désormais vers une stagnation très préjudiciable à moyen terme. Le pays n'investit que dans la guerre. L'Europe a su absorber le choc du découplage énergétique en maintenant son unité et en améliorant son intégration géoéconomique. Elle repense en termes industriels, tout en maximisant sa complète intégration aux circuits financiers internationaux.
- Défense et sécurité**
Complètement enlisée en Ukraine, la Russie mène une guerre d'attrition au prix de pertes considérables. Ce faisant, elle entretient une logique de confrontation avec les pays européens qui soutiennent l'Ukraine. Moscou place le facteur nucléaire au cœur de sa logique d'escalade afin de les inhiber. Leur point faible réside dans le domaine terrestre où la Russie possède l'avantage de la masse et de la puissance de feu. En revanche, dans les domaines aérien, naval, spatial et cyber, les pays européens conservent l'avantage.
- Systèmes politiques et résilience sociétale**
La prise de décision est concentrée par Vladimir Poutine dont le mandat actuel court jusqu'en 2030. Endurance, la société russe s'est installée dans la guerre qui, selon le discours officiel, doit favoriser l'émergence de nouvelles élites. En réalité, les pertes humaines sont subies par les régions les plus pauvres de la Fédération. Les pays européens restent dans une logique d'ouverture à la mondialisation. Leurs opinions soutiennent majoritairement l'Ukraine comprenant que se joue indirectement une question de modèle de société sur le continent.
- Alliances et positionnement international**
La Russie bénéficie du soutien militaire de la Corée du Nord et de l'Iran, et de l'appui de la République populaire de Chine. Condamnée par de nombreux pays, elle n'est sanctionnée que par les Occidentaux. Sur le plan diplomatique, la guerre lui sert à nourrir un discours « post-occidental » qui trouve de l'écho dans le « Sud global » alors même que sa contribution à l'aide au développement est dérisoire par rapport à celle de l'Europe. Elle a renforcé les liens entre l'UE et l'OTAN avec l'entrée de la Suède et de la Finlande. Les perspectives d'élargissement apparaissent comme de puissants leviers de transformation du continent.

A análise cobre quatro dimensões fundamentais: *os fundamentos económicos e energéticos, as posturas militares e estratégicas, a resiliência política e social e o posicionamento internacional*.

O objetivo é compreender como a Europa pode consolidar o seu poder face a uma Rússia que “constitui uma ameaça duradoura, motivada por intenções hostis e por um diferendo estrutural quanto à arquitetura de segurança europeia”. Na vertente militar, o relatório identifica uma *“profunda assimetria de perceção estratégica”*: a Europa mantém uma postura essencialmente defensiva, enquanto a Rússia adota uma estratégia coerciva permanente. O risco de uma confrontação direta é contido, por ora, por dois fatores — “a coesão da OTAN e a

resistência da Ucrânia” —, mas qualquer enfraquecimento desses pilares aumentaria substancialmente o perigo de uma guerra aberta.

9. OCDE - PERSPETIVAS INTERNACIONAIS DE MIGRAÇÃO

A edição de 2025 do **International Migration Outlook da OCDE** analisa as tendências recentes dos fluxos migratórios e da integração dos imigrantes nos mercados de trabalho dos países da organização. O relatório (disponível [aqui](#)) acompanha igualmente as mudanças nas políticas migratórias e de integração, apresentando duas secções especiais dedicadas ao papel das empresas na integração dos imigrantes e à migração internacional de profissionais de saúde. Inclui ainda fichas por país e um anexo estatístico detalhado.

Evolução dos fluxos migratórios

Em 2024, a migração permanente para os países da OCDE diminuiu 4% após três anos de forte crescimento, totalizando 6,2 milhões de novos migrantes permanentes, ainda 15% acima dos níveis de 2019. A reunificação familiar manteve-se como o principal motivo de entrada, enquanto a migração laboral recuou 21% e a humanitária aumentou 23%, impulsionada pelo número recorde de refugiados reinstalados. A migração laboral temporária estabilizou em níveis historicamente elevados, com 2,3 milhões de autorizações de trabalho, enquanto os estudantes internacionais diminuíram 13%, devido à quebra nos fluxos para os EUA, Reino Unido (RU), Canadá e Austrália. Os pedidos de asilo atingiram o valor mais alto de sempre (3 milhões), enquanto as travessias irregulares de fronteira caíram na UE (-37%) e nos EUA (-48%), mas aumentaram 19% no RU.

Integração laboral dos imigrantes

No que diz respeito à performance laboral dos imigrantes, manteve-se próxima de níveis recorde: em 2024, 77% estavam economicamente ativos, 71% empregados e menos de 10% desempregados. As mulheres imigrantes registaram melhorias notáveis, com aumento da taxa de emprego em dois terços dos países e redução das diferenças entre géneros.

Evolução das políticas migratórias e de integração

Vários países da OCDE adotaram objetivos explícitos de redução dos fluxos migratórios, em resposta ao aumento das entradas. A migração laboral tornou-se mais seletiva e orientada para a atração de talento e satisfação de necessidades específicas do mercado de trabalho. Os sistemas de asilo tornaram-se mais restritivos, com processos mais rápidos, benefícios reduzidos e novas limitações à reunificação familiar. As políticas para estudantes internacionais estão em revisão — alguns países restringiram as regras de admissão e residência pós-estudos, enquanto outros criam vias de retenção de talento. Em matéria de integração, há tendências divergentes: alguns países (como Bélgica, Canadá e Alemanha) expandem os programas, enquanto outros (Finlândia, Países Baixos) dificultam o acesso. A integração está cada vez mais ligada às necessidades do mercado de trabalho, com ênfase no reconhecimento de qualificações, formação linguística e apoio à integração das mulheres imigrantes.

Desigualdades salariais e mobilidade profissional

Dados longitudinais de 15 países mostram que, no primeiro ano após a entrada no mercado de trabalho, os imigrantes ganham em média 34% menos do que os nativos da mesma idade e género, diferença explicada sobretudo pela concentração em setores e empresas de baixos salários. Esse diferencial reduz-se para 21% após cinco anos. O relatório recomenda políticas que eliminem barreiras à mobilidade laboral, incluindo melhor acesso à informação, aconselhamento de carreira, transporte local e habitação acessível.

Profissionais de saúde migrantes

Os sistemas de saúde da OCDE dependem fortemente de médicos e enfermeiros nascidos no estrangeiro: em 2020-2021 havia 830 mil médicos (22%) e 1,75 milhões de enfermeiros (17%) estrangeiros nos 30 países com dados disponíveis. A Ásia é a principal região de origem — com a Índia, a Alemanha e a China em destaque entre os médicos e as Filipinas, Índia e Polónia entre os enfermeiros. A OCDE sublinha também a necessidade de simplificar o reconhecimento das qualificações e licenças profissionais.

Principais conclusões (Key findings)

- Mais de 160 milhões de residentes nos países da OCDE são nascidos no estrangeiro (11,5% da população, face a 9,1% em 2014).
- Em 2024, a migração permanente diminuiu na maioria dos países da OCDE, sobretudo na UE, Nova Zelândia e Reino Unido, enquanto aumentou 20% nos Estados Unidos.
- Cresceu o número de migrantes sazonais (+8%) e de participantes em programas “working holiday” (+4%), mas diminuiu o de trabalhadores temporários em programas nacionais (-7%) e de transferências intraempresariais (-3%).
- Mais de metade dos 3 milhões de pedidos de asilo na OCDE em 2024 foram registados nos Estados Unidos. Os principais países de origem foram Venezuela, Colômbia, Síria, Afeganistão e Índia.

Portugal

O detalhe país a país está disponível [aqui](#) e a nota relativa a Portugal pode ser consultada [aqui](#).

Portugal

Foreign-born population - 2023	11.7% of the population	Main countries of birth (2021):
1.2 million, 53% women	Evolution since 2014: +30%	Brazil (25%), Angola (14%), France (9%)

Em 2024, Portugal recebeu 138 mil novos imigrantes de longa duração ou permanentes, uma redução de 1,9% face ao ano anterior. Deste total, 28% beneficiaram de livre circulação, 44% eram migrantes laborais e 14% por reunificação familiar, tendo sido emitidas cerca de 9 mil autorizações para estudantes internacionais. As principais nacionalidades de recém-chegados foram Brasil, Angola e Cabo Verde, com destaque para o forte aumento de fluxos provenientes do Brasil. O número de pedidos de asilo cresceu 2,9%, totalizando 2 700 requerentes, sobretudo de *Senegal, Gâmbia e Colômbia*, enquanto apenas 1% das decisões foram positivas. Em paralelo, a emigração de portugueses para países da OCDE subiu 4%, alcançando 61 mil pessoas, com destino preferencial para Suíça, Espanha e França.

10. CONFERÊNCIA - A MADEIRA NA AGENDA ESTRATÉGICA UE

Por iniciativa do Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Nascimento Cabral (PSD), realizou-se em Bruxelas, a 4 de novembro de 2025, a conferência intitulada “*A Região Autónoma da Madeira na Agenda Estratégica da UE: Conectividade, Segurança, Sustentabilidade*”, dedicada a promover uma reflexão sobre o papel da Madeira, enquanto região ultraperiférica, no contexto das prioridades políticas e estratégicas da União Europeia. O encontro teve como propósito destacar o contributo da região para a coesão territorial e para a presença europeia no Atlântico, estruturando-se em torno de **três dimensões centrais — conectividade, segurança e sustentabilidade** — consideradas pilares essenciais para reforçar a integração plena da Madeira no espaço europeu e garantir a sua resiliência económica e social.

A conferência evidenciou que a Madeira deixou de ser uma periferia geográfica para se afirmar como um ponto avançado da União Europeia no Atlântico, transformando a sua posição geoestratégica numa vantagem competitiva que reforça a presença europeia nas rotas marítimas, digitais e comerciais globais.

A conectividade foi apresentada como o primeiro pilar dessa visão, abrangendo as dimensões digital, marítima e económica: a Madeira surge como infraestrutura crítica da economia digital europeia, nó logístico do comércio atlântico e polo de investimento e inovação, ligando a Europa a África e à América. O segundo pilar, a segurança, foi abordado numa perspetiva ampla — territorial, marítima e económica — destacando o papel da Madeira na vigilância e proteção das infraestruturas estratégicas europeias, bem como no combate a ameaças globais. O Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR) foi apontado como instrumento relevante para consolidar a soberania industrial e marítima da União, enquanto a posição atlântica das ilhas confere à região a natureza de fronteira segura e estratégica da Europa.

Por fim, a sustentabilidade foi apresentada como o terceiro eixo estruturante. A Madeira aposta em indústrias limpas, turismo sustentável, energias renováveis e biotecnologia marinha, afirmando-se como um laboratório vivo da transição verde europeia. A valorização do conhecimento, da inovação e da coesão social reforça a resiliência e o talento locais. Assim, a região posiciona-se como uma Madeira europeia de vanguarda, plenamente comprometida com a Agenda Estratégica da União Europeia, e preparada para oferecer “mais Europa no Atlântico” — mais conectividade, mais segurança e mais sustentabilidade.

11. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Reunião informal dos ministros da Cultura](#); [Conselho \(Ambiente\)](#), 4-5 de novembro de 2025.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

Terá lugar uma [mini-sessão plenária](#), com um debate (e, possivelmente, uma resolução) sobre o QFP 2028-34.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [12 de novembro](#), destacando-se o Escudo Europeu para a Democracia.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 12 de novembro - [Eurogrupo](#); 13 de novembro - [Conselho ECOFIN](#).

Bruxelas | 7 de novembro de 2025 de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)